

CONTOS MACHADIANOS: ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES SOCIAIS

André da Silva Menna¹

As contradições e antagonismos da cultura brasileira formam, ao longo da produção de Machado de Assis, um nó que apenas a análise do processo histórico poderá desatar, isso porque o autor indaga os problemas mais vivos da formação social e literária do Brasil. Desejo, no decorrer deste ensaio, relatar a constatação desse fato e, conseqüentemente, demonstrar o porquê da importância e singularidade da obra machadiana. Para tal, faz-se necessário, antes de tudo, que passemos por uma concisa recapitulação do processo de emancipação política do Brasil.

A crise do sistema colonial é um fato concomitante à das formas de sistema absolutista de governo. O advento do novo ideário burguês – conjunto de movimentos que contestava as formas tradicionais de poder e de organização social aristocrática – somado à crítica das instituições de ordem religiosa e à crença na soberania da nação e na supremacia das leis, cujos princípios pregavam direitos iguais para todos, fez com que a Revolução Francesa eclodisse na Europa, o que, mais tarde, serviu de mote para fornecer os argumentos teóricos de que necessitavam as populações coloniais para justificarem sua rebeldia frente à metrópole.

No Brasil, a adoção da ideologia liberal europeia ganhou uma outra função, ou seja, não consistia em combater os excessos do poder real bem como os privilégios da nobreza, pois isso seria incompatível com a essência da realidade brasileira; estava, então, diretamente ligada aos interesses das camadas senhoriais em conquistar e garantir a liberdade de comércio e a autonomia administrativa e judiciária na colônia. Para tal, entretanto, a elite não estava disposta a renunciar ao latifúndio e à propriedade escrava, decretando, assim, o paradoxo.

Realizada a Independência, a diferença entre os grupos sociais tornou-se mais evidente. Os que sustentaram o poder eram, na sua maioria, homens que realizaram seus estudos na metrópole e estavam ligados por laços de família. Muitos tinham ocupado posições na qualidade de funcionários da Coroa e, depois da Independência, passaram a ocupar vários postos de importância política e administrativa. Constituíram, deste modo, uma verdadeira oligarquia que se espalhou pelo Conselho do Estado, Senado e Câmara dos Deputados, sempre com o intuito de manter a permanência da estrutura tradicional de produção baseada na grande propriedade, na exploração dos produtos típicos e na mão de obra escrava. Dito isso, torna-se perceptível o fato de que, com o advento da Independência, a organização do país respondia apenas aos anseios de uma classe privilegiada – a elite agrária – que assumiu o poder de forma arbitrária e excluiu do processo os negros, pardos e índios que, apesar de serem a maioria e terem seus direitos “assegurados” pela Constituição de 1824, não foram considerados como cidadãos, o que os fez, muitas vezes, vítimas do açoite dos senhores donos do poder.

O Brasil independente, como já se afirmou, continuou sem promover mudanças no tocante à estrutura de produção e à de sociedade, e essa incompatibilidade gerada por ideias antagônicas –

¹ Professor de Língua Portuguesa e Doutor em Teoria Literária pela Universidade Federal de Santa Catarina.

liberalismo e escravismo – provocou um esquema social que a colonização produziu com base no monopólio da terra, ou seja, o surgimento de três classes de população: o latifundiário, o escravo e o *homem livre* que, na verdade, dependia do dono da terra. Para que possamos entender melhor este esquema, tomemos emprestadas as palavras de Roberto Schwarz acerca do mesmo assunto:

Para começar, é uma situação extremamente melindrosa, por um fato muito simples: como o essencial do serviço numa sociedade escravista é feito pelos escravos não existe mercado de trabalho. Então como é que as pessoas livres e pobres vão ter acesso aos bens da cultura contemporânea, bens que já têm forma mercantil? Nós vivíamos numa sociedade em que os bens não eram dados de presente, eram mercadoria, eram vendidos. Então eu, que sou livre pobre e quero comprar uma coisa qualquer, como é que faço? Numa sociedade moderna, em que existe mercado de trabalho, em que existe trabalho livre, é simples: vou ao mercado, vendo a minha força de trabalho, recebo um salário e com esse salário compro a coisa de que preciso. Mas numa sociedade em que não há mercado de trabalho, já que o trabalho é feito pelos escravos, eu não tenho onde conseguir dinheiro. Nessa circunstância, a única mediação através da qual eu posso ter acesso aos bens da cultura é o favor de um proprietário. (SCWARTZ, 1998, p. 52)

Com isso, nota-se que o *favor* dentro desta estrutura social que buscou conciliar as Luzes e o Absolutismo, é o ponto de equilíbrio sobre o qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade brasileira, sem deixar de envolver neste processo os que têm posses. Sobre o simpático epíteto de *favor*, o escravismo continuou reinando e, ao mesmo tempo, escamoteando a injustiça social calcada em princípios coloniais. Essa foi a realidade responsável pela criação de um jogo de *estima* e *autoestima* que – por sua vez – era alicerçado no puro interesse material, jogo descoberto e denunciado pela pena crítica de Machado de Assis.

O jovem país vai amadurecendo e a abolição do tráfico negreiro (1850), somada à Guerra do Paraguai (1865 a 70), foram fatos históricos que contribuíram para o avanço da nação. Durante a década de 70 a 80 a economia nacional retoma a marcha que afrouxara com a guerra e toma um novo e decisivo impulso, como nos narra Caio Prado Júnior:

O surto de atividade, observado desde 1850, ganha novo impulso e não se interrompe mais. Os diferentes empreendimentos industriais, comerciais e sobretudo agrícolas continuaram a se multiplicar em ritmo crescente; e já se começa a observar a concentração de capitais de certo vulto. (...) A antiga colônia segregada e vegetando na mediocridade do isolamento se moderniza e se esforça por sincronizar sua atividade com a do mundo capitalista contemporâneo. (PRADO JÚNIOR, 1945, p. 205-206)

O somatório dos assuntos internos – como a organização do Partido Republicano e o problema da escravidão – aos fatores de desagregação política e ideológica oriundos do exterior – Revolução Espanhola de 1868 e a guerra franco-prussiana, por exemplo – ajudam a fermentar a inquietação geral que aumenta com o advento de novas teses científicas como o Positivismo, o darwinismo e o naturalismo. Essa é a época em que viveu o adolescente Joaquim Maria Machado de Assis que, apesar de jovem, já apresentava sentidos aguçados para a vida que borbulhava ao seu redor, integrando-se cada vez mais aos movimentos de ascensão que começavam a imprimir uma nova fisionomia ao país, que não era apenas de natureza econômica, mas também de ordem política e cultural. Em outras palavras, o Brasil e o escritor em formação crescem juntos e, dessa forma, caminham para a idade madura.

Em 1873, Machado de Assis lança um ensaio intitulado *Instinto de nacionalidade*, em que realiza um profundo exame acerca do problema do caráter nacional da literatura e, por extensão, da

arte e da cultura. Com as mudanças e reformas que foram experimentadas pelo Brasil, um *novo aspecto* para a sua literatura seria consequência imediata em função da ideia de *Pátria* que absorveu o pensamento de muitos. Porém, essa ideia que foi sustentada pela intelectualidade brasileira não poderia continuar vivendo sob proteção de uma aspiração idealista à moda romântica, era necessário lançar na direção da jovem literatura do Brasil uma ponderação *objetiva* que foi gerada pelas premissas históricas que não existiram durante o Romantismo, época do primeiro estágio da formação da Pátria como tal.

Analisando o problema da formação da nação brasileira à luz de critérios de ordem sociológica, torna-se claro que a partir da década de 70 do século XIX começam a conjugar-se mais articuladamente as chamadas condições *objetivas* e *subjetivas* que tornariam possível o delineamento estável da nacionalidade em suas múltiplas feições de natureza econômica, política e cultural. Machado de Assis captou a realidade com olhos perspicazes e realistas quando afirmou que “todas as formas literárias do pensamento buscam vestir-se com as cores do País, e não há de negar que semelhante preocupação é sintoma de vitalidade e abono de futuro”, no entanto, essa afirmação não seria o necessário para que se concretizasse a chamada independência do pensamento nacional, porque ela não se faria em um dia, “mas pausadamente, para sair mais duradoura” e que isso não seria obra de uma geração nem duas, pois “muitas trabalharão para ela até perfazê-la de todo” (ASSIS, 1957, p. 125-126).

Não se faria em um dia, mas se faria. Sobre isso não restava dúvida porque precisamente não se tratava mais de puros anseios idealistas de alguns intelectuais. Machado de Assis sentiu que o ‘instinto de nacionalidade’ já estava impregnado na opinião geral, esperando o momento oportuno para se transformar em *consciência* nacional que se transplantaria ao campo literário dentro das mais variadas possibilidades de ser explorada. Sempre condenando de maneira peremptória o problema da *cópia* dos modelos literários europeus que, no Brasil, escondeu-se por detrás da máscara do chamado *indianismo*, o autor de *Dom casmurro* definiu que a melhor maneira de explorar um modelo literário importado seria buscando no mesmo o que havia de genuíno para, logo após, submeter a preciosa colheita ao processo de assimilação e adequação às condições peculiares do âmbito nacional brasileiro.

Machado de Assis tornou-se, assim, por todo um complexo de circunstâncias individuais e sociais, a mais importante expressão desse processo de passagem do puro sentimento *instintivo* ao estágio superior da compreensão *consciente*. Já bem antes do seu ensaio de 1873, com apenas 23 anos de idade, manifestava ele, em uma de suas crônicas, os primeiros sinais positivos dessa compreensão, ao declarar que a principal tarefa da intelectualidade consistia em esclarecer o povo, despertando-lhe a consciência do próprio destino. Uma das maneiras de pôr em prática essa ideia seria lançando, por exemplo, na elaboração técnica e formal, realidades que não são literárias, ou seja, realidades que a história extraliterária propõe ao escritor, fato visível em seus contos, pois estes estão repletos de passagens que trazem consigo o contexto histórico nacional – que por motivos já aludidos é contraditório – excelentemente representado por um milagre de transposição artística. Passemos à análise de dois dos melhores contos machadianos para que possamos entender um pouco mais o que o autor de *Esau e Jacó* tentou dizer quando afirmou que “o que se deve exigir de um escritor antes de tudo, é um certo sentimento íntimo, que o torne homem do seu tempo e do seu país, ainda quando trate de assuntos remotos no tempo e no espaço” (ASSIS, 1957, p. 135). Os nomes das obras são: *O Caso da vara* e *A Sereníssima República*.

O conto intitulado *O Caso da vara* traz consigo a história do jovem seminarista chamado Damião que deixa o seminário escondido com a intenção de não mais voltar, porque a ideia de ser

padre nunca lhe havia agradado. Mas era essa a vontade de seu pai e, por este motivo, o rapaz acabou introduzido numa casa de formação religiosa. Uma vez foragido, Damião não sabia o que fazer nem tampouco para onde ir, a solução imediata seria buscar a ajuda de alguém que o quisesse bem e o moço lembrou, a princípio, de um tio chamado João Carneiro, “mas o padrinho era um moleirão sem vontade, que por si só não faria coisa útil” (ASSIS, 1998, p. 44). Diante dessa constatação, lembrou-se de uma senhora cujo nome era Rita, ou Sinhá Rita como a chamavam. Essa mulher era muito *querida* de João Carneiro e quem sabe – pensou Damião – “ela manda chamar o meu padrinho, diz-lhe que quer que eu saia do seminário... Talvez assim...” (ASSIS, 1998, p. 44).

Sinhá Rita recebeu Damião estupefata, pois o rapaz entrara na casa escondido, com medo de um padre que vira na rua momentos antes de invadir a casa da viúva:

Sinhá Rita olhava para ele espantada, e todas as crias, de casa e de fora, que estavam sentadas em volta da sala, diante das suas almofadas de renda, todas fizeram parar os bilros e as mãos. Sinhá Rita vivia principalmente de ensinar a fazer renda, crivo e bordado. Enquanto o rapaz tomava fôlego, ordenou às pequenas que trabalhassem, e esperou. Afinal, Damião contou tudo, o desgosto que lhe dava o seminário; estava certo de que não podia ser bom padre; falou com paixão, pediu-lhe que o salvasse (ASSIS, 1998, p. 45).

A dona da casa, então, sensibilizada com as súplicas do jovem fugitivo mandou chamar o padrinho deste e, enquanto esperavam, o clima do ambiente ficou menos tenso a ponto de, algum tempo depois, perceber-se algumas risadas provocadas pelas anedotas contadas por Damião. Anedotas que fez rir uma das criadas cujo nome era Lucrécia e que, conseqüentemente, por um breve período, esqueceu o trabalho para deleitar-se com o que ouvira. Formou-se, assim, o motivo suficiente para que Sinhá Rita fosse ao pé da marquesa e ameaçasse a pequena com a vara que lá se encontrava pendurada. Após a ameaça:

Damião olhou para a pequena; era uma negrinha, magricela, um frangalho de nada, com uma cicatriz na testa e uma queimadura na mão esquerda. Contava onze anos. Damião reparou que tossia, mas para dentro, surdamente, a fim de não interromper a conversação. Teve pena da negrinha, e resolveu apadrinhá-la, se não acabasse a tarefa. Sinhá Rita não lhe negaria o perdão... Demais, ela rira por achar-lhe graça; a culpa era sua, se há culpa em ter chiste. (ASSIS, 1998, p. 47)

Nisto, chegou João Carneiro que ficou pálido ao constatar a presença do moço seminarista. Sinhá Rita não perdeu tempo com preâmbulos e disse-lhe logo que era necessário tirar Damião do seminário, o padrinho refutou alegando que o menino fizera mal em fugir e seria, por isso, castigado. Porém, Sinhá Rita com um tom insinuativo, íntimo e peremptório, deu sequência ao diálogo:

– *Qual castigar, qual nada!, interrompeu Sinhá Rita. Castigar por quê? Vá, vá falar a seu compadre.*
 – *Não afianço nada não creio que seja possível...*
 – *Há de ser possível, afianço eu. Se o senhor quiser, continuou ela com certo tom insinuativo, tudo há de se arranjar. Peça-lhe muito que ele cede. Ande senhor Carneiro, seu afilhado não volta para o seminário; digo-lhe que não volta...* (ASSIS, 1998, p. 47)

O tempo passou devagar e a angústia que residia no peito de Damião só foi minimizar com a chegada, à noite, de uma carta de Carneiro endereçada à Sinhá Rita, cujo conteúdo dizia que o negócio ainda não estava composto e que o pai do menino havia ficado furioso com a notícia.

Porém, não estaria longe a compreensão e aceitação do pai do rapaz. Sinhá Rita percebeu que nem tudo estava resolvido, foi quando mandou vir um tinteiro de chifre e, na meia folha da própria carta escreveu esta resposta: “Joãozinho, ou você salva o moço, ou nunca mais nos vemos”. Já era hora de recolher os trabalhos e a dona da casa reparou que todas as discípulas tinham concluído a tarefa, com exceção de Lucrécia – a negrinha que Damião prometera apadrinhar. Sinhá Rita ficou furiosa, agarrou-a por uma orelha e, a partir disso, travou-se um breve conflito entre ambas:

– *Minha senhora, me perdoe!, tossia a negrinha.*

– *Não perdô, não! Onde está a vara?*

E tornaram ambas à sala, uma presa pela orelha, debatendo-se, chorando e pedindo; a outra dizendo que não, que havia de castigar. (...) A vara estava à cabaceira da marquesa, do outro lado da sala. Sinhá Rita, não querendo soltar a pequena, bradou ao seminarista:

– *Sr. Damião, dê-me aquela vara, por favor?*

Damião ficou frio... Cruel instante! Uma nuvem passou-lhe pelos olhos. Sim, tinha jurado apadrinhar a pequena, que por causa dele atrasara o trabalho...

Damião chegou a caminhar na direção da marquesa. A negrinha pediu-lhe então por tudo o que houvesse mais sagrado, pela mãe, pelo pai, por Nosso Senhor... (...) Sinhá Rita, com a cara em fogo e os olhos esbugalhados, instava pela vara, sem largar a negrinha, agora presa de um acesso de tosse. Damião sentiu-se compungido, mas ele precisava tanto sair do seminário! Chegou à marquesa, pegou a vara e entregou-a a Sinhá Rita. (ASSIS, 1998, p. 51)

Em linhas gerais, fica assim resumido o enredo que faz parte desse conto. Lancemos, então, um olhar crítico sobre o que foi escrito e não será impossível notar que são fortemente questionados alguns assuntos que fazem parte do contexto sócio-político-cultural da nação que, à época, buscava sua autoafirmação. A primeira questão levantada é a do *favor*, que está diretamente ligada ao *interesse pessoal*: Damião aspirava não mais voltar ao seminário e *pede* este favor à Sinhá Rita que, por sua vez, *pede* a Carneiro que interceda junto ao pai do moço; o padrinho, apesar do medo de se envolver numa história que não lhe diz respeito é impelido a mover-se em *favor* do rapaz porque existe um *interesse pessoal* que está diretamente ligado à viúva, basta que lembremos o recadinho “formal” – ou ultimato – que Rita elaborou nas costas da carta de Carneiro. Em outras palavras, é notório o jogo cíclico de dependência, em que o mais fraco carece sempre do apoio do mais forte, relação que será mantida em função da *estima* – que Damião sentia por Rita – e *autoestima* – que Rita possuía de si para com Carneiro, que só resolveu movimentar-se por interesses próprios. Não por outro motivo, a sociedade mantinha-se com a sua ordem inalterada, pois os *donos do poder* satisfaziam, na medida do possível, a camada *livre*, que era agradecida por não ter direito a nada, mas ainda assim alcançar certos privilégios, como no exemplo de Damião.

Denunciado implicitamente esse processo dialético, o próximo passo seria falar no escravismo que continuou a existir no Brasil, escondendo a injustiça social que, no final de *O Caso da vara*, vem à tona com a punição de Lucrécia, única personagem realmente prejudicada. Quando o jovem seminarista resolve *apadrinhar* a menina negra, basta o *interesse pessoal* surgir para o gesto caridoso despencar morro abaixo levando consigo toda promessa realizada em nome do mais fraco. Essa afirmação é transparente quando Sinhá Rita *pede* a vara a Damião para punir a menina, neste momento o conflito interno do protagonista é enorme, no entanto, ele estava em *dívida* com a *dona da casa* – ou do *poder* – e não poderia negar nada a sua salvadora, embora tivesse que atropelar seus escrúpulos.

Já em *A Sereníssima República*, a crítica de cunho social não é menos severa, nem menos sarcástica e irônica, pois Machado de Assis, à maneira dos fabulistas, constrói uma narrativa que traz em seu bojo uma paródia do pacto eleitoral brasileiro. Quem fala é o cômico Vargas e, ao longo de sua conferência, o mesmo chama a atenção dos ouvintes para um acontecimento que assombraria

a todos, ou seja, o fato de que ele foi capaz de dar regime social às aranhas. Logo após a sua revelação, argumenta que seu trabalho foi calcado em teses científicas, citando os nomes de Charles Darwin e do naturalista alemão Ludwig Büchner como forma de tornar suas palavras irrefutáveis:

Sim, senhores, descobri uma espécie araneída que dispõe do uso da fala; coligi alguns, depois muitos dos novos articulados, e organizei-os socialmente. (...) Duas forças serviram principalmente à empresa de as congregar: o emprego da língua (...) e o sentimento de terror que lhes infundi. A minha estatura, as vestes talaes, o uso do mesmo idioma, fizeram-lhes crer que eu era o deus das aranhas, e desde então adoraram-me (ASSIS, 2001, p. 87).

O cônego Vargas segue seu discurso explicando que não bastou, simplesmente, o árduo trabalho de ter dado uma organização social às aranhas, restou-lhe também a incumbência de proporcionar a elas uma forma de governo idônea e, para tal, seria necessário ou achar uma forma nova, ou restaurar alguma outra abandonada. O segundo alvitre foi o escolhido e se elaborou uma república à maneira de Veneza. A proposta foi aceita por toda população aracnídea e logo em seguida chegou a hora de exercer a democracia da ‘Sereníssima República’. O modo eleitoral da população foi o saco de bolas, o mesmo que figurava na antiga Veneza e que promoveu a iniciação dos filhos da nobreza no serviço do Estado.

Todavia, apesar do processo eleitoral ser simples – pois consistia em um número x de bolas nas quais seriam gravadas os nomes dos candidatos para, logo após, serem lançadas em um saco com o fim de serem extraídas pelo chamado ‘oficial das extrações’ até perfazer o número dos eleitos – foi notório, com o passar do tempo, o surgimento da fraude. A assembleia verificou a exatidão da denúncia e decretou, como solução para problema, que o saco de três polegadas de largura tivesse agora duas, pois acreditaram que limitando a capacidade do saco, restringiriam o espaço à fraude. Mas aconteceu que:

(...) na eleição seguinte, um candidato deixou de ser escrito na competente bola, não se sabe se por descuido ou intenção do oficial público. Este declarou que não se lembrava de ter visto o ilustre candidato, mas acrescentou nobremente que não era impossível que ele lhe tivesse dado o nome; neste caso não houve exclusão, mas distração. A assembleia diante de um fenômeno psicológico inelutável, como é a distração, não pôde castigar o oficial; mas considerando que a estreiteza do saco podia dar lugar a exclusões odiosas, revogou a lei anterior e restaurou as três polegadas (ASSIS, 2001, p. 88-89).

O descrédito no processo eleitoral foi crescendo e chegou ao ponto máximo quando, em função da ausência de uma letra do nome de um candidato, que deveria estar gravada – mas não estava – na competente bola, deu-se a vitória a um outro. O candidato derrotado não se deu por satisfeito e recorreu, alegando que era seu o nome que estava na bola e não, como criam todos, o nome do candidato vencedor, e para provar seus argumentos chamou um grande filólogo que esclareceu toda a situação. O resultado foi que:

A lei emendou-se (...) ficando abolida a faculdade da prova testemunhal e interpretativa dos textos, e introduzindo-se uma inovação, o corte simultâneo de meia polegada na altura e outra meia na largura do saco. Esta emenda não evitou um pequeno abuso na eleição dos alcaides, e o saco foi restituído às dimensões primitivas, dando-se-lhe, todavia, a forma triangular (ASSIS, 2001, p. 89).

A forma de triângulo também apresentou um problema e como solução deram ao saco a forma de um cilindro e, mais adiante, a forma de uma ampulheta cujo inconveniente se reconheceu ser igual ao do triângulo. Enfim, muitos abusos, descuidos e lacunas surgiram e serviram de mote

para que o processo fosse repensado. Dessa forma é possível encerrar o resumo do conto para que passemos à análise crítica do mesmo.

É inevitável estabelecer uma analogia entre a república das aranhas e a república do Brasil. A crítica machadiana já se faz presente, antes de tudo, no título do conto, pois o adjetivo empregado no superlativo absoluto sintético – acrescentado do sufixo *-íssima* – apresenta um grau ainda mais elevado à questão da passividade com a qual a república das aranhas – ou do Brasil – abraçou e aceitou as ideias importadas que foram lançadas – para serem distorcidas e manipuladas de acordo com o interesse dos ‘grandes’ – no seu sistema político. Mas não é difícil compreender tal aceitação, porque a república recém-formada deveria mostrar-se, apesar de nova, moderna e atual, e ser *moderno* e *atual*, à época, significava estar de acordo com as concepções filosóficas e científicas surgidas na Europa.

O cônego *cientista* primeiro domina a língua dos seus aracnídeos, depois se põe a inculcar nas aranhas mais velhas a arte de governar, ou seja, a ciência positiva do século não se basta com o conhecimento e quer disciplinar de fora a vida dos seres observados. Nota-se também que além das teses científicas, o poder sacerdotal contribuiu e influenciou muito na instauração da república “das aranhas”, pois o próprio cônego narrador admitiu que utilizou do *terror* da sua força para dominar e persuadir o pensamento de todos. Terror à Igreja e submissão a teses de cunho científico – como forma de mostrar ao mundo que a nova república foi fundada com base no pensamento moderno – são ideias que antes privilegiam o contentamento de terceiros do que as ânsias e aspirações do povo que constitui a tal república. Depois de instalada a ‘moral do terror’ no pequeno mundo vigiado “das aranhas” ficou fácil promover o pacto político que não foi criado espontaneamente ou segundo necessidades internas, e sim, baseado na ciência manipuladora do cônego ‘senhor da verdade’.

Tendo, exclusivamente, o medo de desagradar o poder externo como base para a prática eleitoral, a fraude não tardaria em se fazer presente, como ocorreu. Machado de Assis, neste momento, denuncia que o jogo fraudulento é uma constante no processo democrático brasileiro, pois a substância do mesmo continuava sendo à moda oligárquica, por isso existiu a manipulação das bolas (ou forma de eleição) segundo o interesse *deste* ou *daquele*, pois “as aranhas” obrigadas a realizar o sorteio dos candidatos mediante a extração de bolas de um saco, encontram mil e uma maneiras de viciar o processo, chegando, inclusive, a apelar à filologia como argumento de prova para um provável “erro”. Essa denúncia – cuja essência traz à tona a gênese das eleições na república “das aranhas” – está implícita ao longo do conto e quando o leitor atento percebe esse jogo, a estranheza cede lugar ao riso do desmascaramento.

Ao final de *A Sereníssima república*, porém, surge uma luz no fim do túnel. O pessimismo minimiza e a crença na evolução dos costumes eleitorais “das aranhas”, bem como a esperança de vencer o terror teocrático e das oligarquias é o que se aguarda para o futuro, como se percebe no trecho a seguir, que faz parte de um discurso direcionado ao povo:

– *Vós sois a Penélope da nossa república (...), tendes a mesma castidade, paciência e talentos. Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a sapiência* (ASSIS, 2001, p. 92).

Assim, percebe-se que a obra de Machado de Assis traz à luz uma noção nítida e uma visão transcendente, que o escritor tinha, acerca da situação social, política e cultural de sua época, que foi exposta em suas crônicas, romances, contos etc. Transformar a realidade histórica em assunto literário com o propósito de esclarecer o povo foi uma constante na produção artística machadiana,

exemplo nítido do que se espera de um escritor: a consciência de ser um homem de seu tempo e seu país, mesmo quando se trabalhe assuntos remotos no tempo e no espaço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. *Contos definitivos*. Porto Alegre: Novo Século, 1998.

_____. *Machado de Assis para principiantes*. São Paulo: Ática, 2001.

_____. “Instinto de nacionalidade”. In: *Crítica literária*. Rio de Janeiro: Jackson, 1957.

BOSI, Alfredo. “A máscara e a fenda”. In: *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

COSTA, Emília Viotti da. “Introdução ao estudo da emancipação política”. In: *Brasil em perspectiva*. Ed. São Paulo: 1968.

PEREIRA, Astrojildo. “Instinto e consciência de nacionalidade”. In: *Machado de Assis*. São Paulo: Ática, 1982.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1945.

SCHWARZ, Roberto. (org.) *Os pobres na literatura brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. “As ideias fora do lugar”. In: *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas cidades, 1977.

_____. “A novidade das Memórias póstumas de Brás Cubas”. In: *Machado de Assis, uma revisão*. Rio de Janeiro: Fólio, 1998.